

XI

Prioridades e desafios do desenvolvimento futuro dos países africanos*

Muryatan S. Barbosa¹

O dilema africano

A África é um continente enorme e massivo, com mais de 29 milhões de km² e 55 países. Avaliar os desafios do desenvolvimento futuro dos países africanos é tarefa difícil. Alguns países se situam atualmente em rota de construção pacífica, enquanto outros são vítimas de instabilidades e políticas predatórias, divisões e até guerras civis. De qualquer modo, na maioria deles existe hoje uma elite local própria que atua como força dirigente, apesar de oscilações e percalços derivados da condição neocolonial e da geopolítica internacional.

Na verdade, há aqui duas dificuldades: a) a recusa da tutela metropolitana europeia muitas vezes manifestou-se para a elite local apenas como uma recusa à tutela direta; b) da outra parte, grande número de monopólios e oligopólios têm recusado modificar suas políticas econômicas para a África, mantendo desinteresse social pela mesma e dedicando-se a práticas não só neocoloniais, mas até coloniais. Tais componentes dificultam estabelecer para muitos países uma visão favorável no médio e, às vezes, até no longo prazo.

Ainda hoje, para a maioria dos países africanos, o comércio exterior é elemento-chave de seu processo de reconstrução, após as “décadas perdidas”: 1980-90 (Mkandawire & Soludo, 1998). A exportação de seus recursos específicos, quase sempre primários (naturais e minerais), é o que fornece o poder de compra externo, o que pode impactar favoravelmente em seu mecanismo geral de reprodução. Apesar do crescimento recente do mercado interno em muitos países africanos, tal fato ainda marca o caráter, o ritmo e as proporções possíveis para o crescimento da riqueza local.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-09-3-0-f.189-200

¹ Professor Adjunto do Bacharelado em Ciências Humanas, do Bacharelado em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial, CECS/UFABC.

Um olhar para os Estados africanos contemporâneos revela que o movimento de emancipação teve consequências diversas em cada sociedade. De fato, algo que já havia ocorrido com o próprio colonialismo, pois o impacto da dominação colonial não foi igual em todas as partes, implicando efeitos contraditórios da destruição do sistema das instituições locais. O processo de reconstrução do Eu de cada país africano, no mundo pós-colonial, impôs escolhas sócio-políticas difíceis. E estas direcionam o potencial de eficácia do plano de transformação do ambiente doméstico de cada país. Em primeiro lugar, o que se fará como os recursos, muitos ou poucos, resultante das políticas de comércio exterior. Secundariamente, o que se fará para melhorar o país para além deste condicionante.

Do ponto de vista administrativo, a escolha por uma alternativa a reprodução periférica hoje é mais possível na África do que outrora, dado que a maior parte dos países do continente possuem em seus governos órgãos capacitados para fazer e manter suas contas nacionais. O controle consciente dos agregados de sua contabilidade macroeconômica faculta ao governo de cada país maximizar – através do planejamento – qual o impacto de transformação macroeconômica que é desejado. Por exemplo, um governo pode hoje manipular conscientemente a conta da poupança e investimento brutos para obter induções necessárias a orientar o processo de crescimento. Pode, através de bancos de investimentos, ceder capitais a empresas públicas, fornecer crédito a privados, etc., acompanhando ou prevendo ganhos no comércio exterior. Com tal orientação geral, pode-se encampar políticas sociais mais consolidadas e amplas, buscando melhorar a vida das populações. Esta capacidade de planejamento não estava plenamente disponível há 40 ou 30 anos atrás, e isto foi um problema grave à época. Afinal, é necessário ter os quadros formados para isso e ter uma unidade de vistas na política do Estado para obter os resultados desejados.

No entanto, aí já se coloca uma dificuldade: é possível obter nesta ou naquela nação esta unidade de opinião da elite dominante e/ou governante, visando a construir uma trajetória de desenvolvimento? Ou uma parte destas elites entesourará o poder de compra fora do país, como benefício de um punhado de empresas e famílias?

O mecanismo geral de reprodução vai-se expressar conforme o caminho sócio-político adotado, que por sua vez condiciona a participação daquele país na divisão internacional do trabalho (D.I.T.). A tentação foi e será sempre “fazer o mais fácil”, ou seja, optar por uma política de concentração de renda e de um movimento “espontâneo” de acumulação, via exportação primária. Mas

tais escolhas trazem consequências negativas para a população do continente. Tendo este dilema em conta, este capítulo reflete, de forma sintética, sobre as prioridades e os desafios futuros dos países africanos.

A descolonização é um processo

É preciso refletir, ainda que rapidamente, na trajetória da África pós-colonial para chegar à contemporaneidade. O exame do período entre 1960 e 1970 mostra um quadro complexo. Um bom ponto de partida para o leitor é o oitavo volume da *História Geral da África*, publicado pela UNESCO, onde se trata, com rigor, os desafios do desenvolvimento econômico e da construção política da África, tendo em conta uma boa mediação dos fatores mais internos (urbanização acelerada, explosão demográfica, êxodo rural, projetos nacionais, autoritarismo político, industrializações etc) e outros mais externos (Guerra Fria, Não Alinhamento, papel da ONU, ordem capitalista mundial, divisão internacional do trabalho etc). Os ensaios ali reunidos trazem uma leitura crítica equilibrada das tentativas de construir projetos nacionais à época, que aliassem desenvolvimento econômico, modernização do Estado e o mínimo de homogeneização cultural. Bem lidos, vê-se um bom quadro geral destas trajetórias, em seus aspectos positivos (investimento na educação formal, queda das taxas de mortalidade, crescimento econômico – média de 5%-, vacinação, controle da fome endêmica, participação na NOEI etc) e negativos (continua periferação econômica, subalternização do mundo rural e das mulheres perante do urbano e o masculino, neoliberalismo etc). Trata-se de algo essencial, pois a visão sobre a África – mesmo dos especialistas - tende aos estereótipos e juízos de valor generalistas e acríticos. E vale dizer: maniqueísmo e história não combinam.

Por outro lado, a análise do processo de produção social neste período oferece algumas observações adicionais de um ponto de vista mais estrutural. A grande vitória da África no século XX foi sua independência política, e isto não foi algo concedido por ninguém. Mas após a descolonização política se colocou a necessidade da escolha de um caminho capaz de produzir uma relativa liberdade econômica, como base de seu poder nacional. Verificou-se então que a diversidade de fases em que se encontrava o conjunto dos países africanos, com potencial e recursos discrepantes, era igualmente caracterizável, dentro de cada país, por diferentes estruturas, que expressavam sua história recente (os últimos 100 anos). Se iniciou então o desafio da descolonização econômica,

após ter-se realizado a descolonização política. Um processo que ainda está em curso (Adedeji, 2010).

De início, foi possível acelerar o ritmo do crescimento pelo efeito das novas condições históricas, a possibilidade de negociar com outros países, e o acrescentamento massivo de capitais locais antes dispersos, com o aumento do emprego de mão de obra não qualificada disponível. Mas as dificuldades foram se avolumando com o tempo: processos inadequados de distribuição, predominância da usura, sistemas de crédito mal orientados, insuficiente organização dos mercados de capitais etc. Por outro lado, os financiamentos obtidos externamente, em geral para incrementar o capital fixo e aumentar os fundos de acumulação, quase sempre sofreram alocações pouco eficientes, que tornam muito pesadas as periódicas demandas do capital importado: remessa de lucros e dividendos, remessas de juros e amortização etc. Isso acabou por deixar a “ajuda externa” num patamar de força negativa para o crescimento local. No entanto, as modernas e geralmente grandes estruturas do setor externo local, montadas no período colonial, continuaram (e continuam) a demandar financiamento e atualizações, para participar de modo eficaz no mercado mundial. Daí muitas vezes a instabilidade da alocação e orientação dos recursos disponíveis.

Ademais, viu-se um crescente aprofundamento da troca desigual entre a África e os países do centro capitalista, que vai se aprofundar na década de 1970. Neste contexto, seria necessário que um país africano possuísse uma sólida base industrial voltada para ambos os mercados, para enfrentar com êxito as tarefas de prosseguir renovando sua industrialização. Algo que só existia na África do Sul à época. Daí que em virtude do tamanho colossal da indústria europeia e estadunidense (quando comparada à indústria africana), todos os preços praticamente veem-se formados no exterior e “introduzidos” por via do mercado externo na economia local (efeito neocolonialista), tornando o tímido processo da industrialização local demandante de novas tecnologias poupadoras de trabalho e capital, para poder manter-se e competir (ainda que apenas localmente).

Na ausência dessa base industrial, que é o caso da maioria dos países, houve grande dificuldade de elevar o ritmo da acumulação, pois o setor de serviços compete com a indústria local, apoiado pelas ofertas externas de bens, no que se refere ao capital disponível para elevar a produção. Como a importação desempenha nessa fase enorme papel no processo de industrialização, as divisas se tornaram cada vez mais escassas e mais disputadas pelos dois processos (acumulação e consumo). A arte de equilibrar-se ante estas duas de-

mandas às vezes até levou à queda de governos. Assim, embora a maioria da população se ocupe em atividades primárias (quase sempre com técnicas internacionalmente superadas) o peso das despesas urbanas e de consumo foi suficiente para instalar uma oposição entre “a cidade” e “o campo”. E, consequentemente, entre homens e mulheres, em favor dos primeiros (Owusu, 2010).

Em suma, na medida em que o volume acumulado de equipamento industrial e de divisas obtidas revelou-se quase sempre insuficiente diante do alargamento que o caminho tentativo da industrialização requer, o caminho da descolonização econômica foi-se dificultando, enredando os países africanos ao elo dinâmico da economia: a exportação primária.

Não existia uma alternativa fácil a tal condicionamento sistêmico. A África aproveitou como pode a fase positiva de expansão da economia mundial, entre 1945-73. Alguns países se saíram melhor do que outros, certamente. Mas independente dos casos particulares, o fato é que os países africanos tiveram pouco tempo para aproveitar tal momento favorável, pois a maior parte destes só se tornou independente na década de 1960. Por consequência, houve pouco tempo para a construção da Nação.

Ademais, cabe lembrar as políticas neocoloniais. Grandes empresas e países com ambições expansionistas forçaram, por razões mercantis, divergências ideológicas aqui e ali. Com o intuito de aplicar métodos sumários e de baixo custo para apropriar-se da riqueza alheia (ouro, petróleo, minerais raros), tais estrategistas externos formaram (e continuam formando) dissidências locais e as utilizam para destruir países que os interventores supõem possam ser destruídos ou divididos pela sua baixa densidade demográfica, ou baixo rendimento. Assim foi na África nas décadas em referência, e pode-se citar dezenas de líderes progressistas e pan-africanistas assassinados entre 1960-70.

Se a situação já era difícil antes, as dificuldades acima apontadas se tornam mais determinantes quando há uma conjuntura desfavorável no plano internacional para os países periféricos e semi-periféricos, como nos anos 1980 e 1990. Neste período, na África, a crise da dívida e a imposição do neoliberalismo foi a principal causa do caos social que viveu o continente em fins do século XX: ressecação, AIDS, miséria, violência urbana, guerras civis, intolerância religiosa, etnicismo etc. São consequências diretas e indiretas do enfraquecimento do Estado.

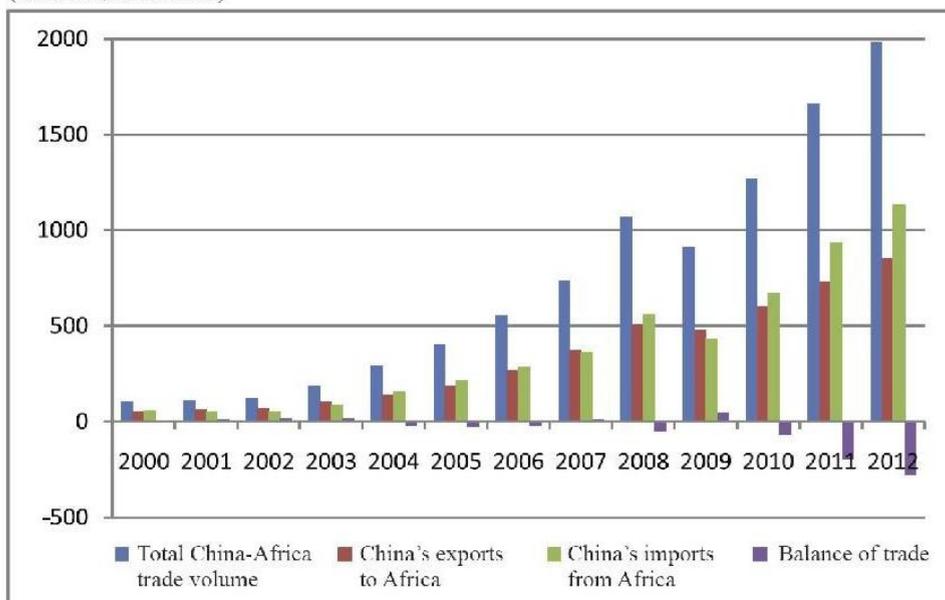
Nesse ponto, assim como em outros, a África se assemelha à América Latina. Fornecedoras de matérias-primas e lucros brutais para as multinacionais e monopólios externos, compradoras dóceis da oferta de produtos dos países mais industrializados, estas regiões não conseguem avançar, na divisão in-

ternacional do trabalho, para posições mais elevadas, que lhes permitam relações de troca mais justas. A enorme quantidade de toneladas de bens exportadas pelas duas (África e América Latina) corresponde na escala de valor a uma proporção ínfima do comércio internacional.

Este quadro não se alterou qualitativamente neste início do século XXI. Do ponto de vista quantitativo, como é sabido, a ascensão internacional da China trouxe ganhos consideráveis no comércio exterior para os países da América Latina e da África. No caso africano, do ponto de vista econômico mais amplo e, por vezes, geopolítico, a presença chinesa aumentou consideravelmente a margem de manobra dos países africanos diante dos EUA e dos países europeus. E este foi um dos elementos importantes para a consolidação de governos mais progressistas nestas regiões neste período. Sendo que alguns destes, inclusive, conseguiram melhorar a vida de suas populações locais. Ou seja, produziram não apenas crescimento, mas desenvolvimento. Foram os chamados “novos nacionalismos” do Sul Global (Yeros & Moyo, 2012).

Figure 1: China-Africa Trade Volume (2000-2012)

(Unit: US\$ 100 million)



Fonte: http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986536.htm. Consultado em 06 ago. 2018

No entanto, cabe destacar que tais ganhos em nada alteraram a situação de periferização estrutural do continente. Pelo contrário, por vezes tal condição foi piorada por conta dos processos de desindustrialização ali presentes. Daí que em muitos lugares do Sul Global, hoje, voltemos a ideia da vocação agrícola, que o historiador Nelson Werneck Sodré bem qualificou de “ideologia do colonialismo”.

No caso da África, ademais, a introdução da estratificação social ocidental trouxe uma ruptura civilizacional. O estabelecimento do sistema de propriedade privada dos bens de produção desviou a África do que era seu leito normal de crescimento. O efeito de imitação dos padrões culturais introduzidos pelo colonialismo (e neocolonialismo) da sociedade ocidental impôs a cada sociedade africana um grau de complexidade novo para a estrutura social local. As aldeias se esvaziaram, as estradas moveram milhões de pessoas, as cidades cresceram demais em termos relativos, tornando o seu entorno dependente de demandas pesadas de consumo que nem sempre podem ser satisfeitas. Apesar da enorme capacidade de adaptação dos africanos às transformações, ainda que induzidas de fora, tal situação requer da África uma política de segurança democrática e continental, que seja produzida e coordenada pelos próprios africanos. Mas está tomada de decisão depende de uma plena descolonização política e cultural de suas elites.

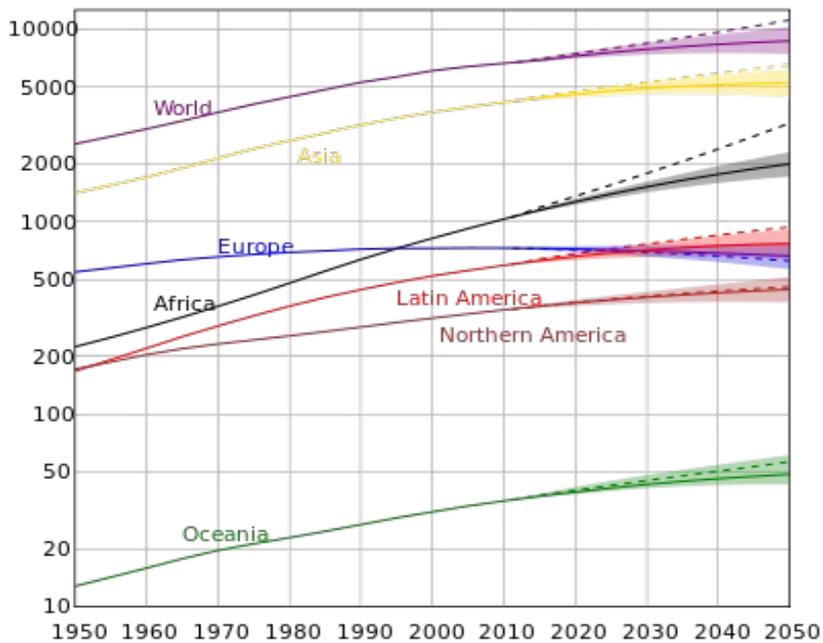
As prioridades

O mundo passa por transformações gigantescas na realidade presente. Pode-se dizer que estruturas cuidadosamente montadas tornam-se rapidamente sucata, do ponto de vista da eficiência econômica, que é a base real para sustentar todas as melhorias sociais e políticas que cada grupo e cada sociedade acaricia para si. O que não se poderia dizer então, diante de um mundo que vive a terceira e a quarta revoluções industriais, quanto àqueles países e sociedades que não lograram completar com sucesso a segunda revolução industrial? Estes países trazem deformações devidas a seu papel subalterno durante a história da acumulação primitiva, e o seu grau de estratificação social não encontra correspondência específica com o nível de desenvolvimento das suas forças produtivas, em verdade, deixado pelo colonialismo de que foram vítimas, muito atrás. A prioridade para esses países é sem dúvida “ligar o motor de partida” ou seja, encontrar uma maneira de desencadear sucessivas ondas de crescimento de seu mercado e de sua produção doméstica, a fim de maximizar o ganho de seu comércio exterior. Este deve ser crescente em volume e valor.

No entanto, só pode sê-lo em valor, caso se operem inúmeras transformações na estrutura produtiva local.

Nesse contexto, a prioridade vai para a tarefa política da unidade nacional em cada país. O norte que orienta essa tarefa política é a necessidade premente de programas de transformação sócioeconômica. O aprofundamento das relações monetário-mercantis não pode simplesmente seguir um curso espontâneo, mas precisa cada vez mais estar submetido às necessidades das formas das relações sociais locais. A formação de um setor estatal forte e o reforço das políticas expansivas para as médias e pequenas empresas locais permite expandir o mercado interno e ampliar a base social da unidade política de caráter nacional. O crescimento populacional africano ainda em curso, em especial da população jovem será um desafio neste contexto futuro, podendo ser tanto um fator problemático, em particular do ponto de vista político, quanto um potencial enorme do ponto de vista produtivo e criativo. Veja tabela abaixo:

Figura 2: United Nations (2011 edition).



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Projections_of_population_growth.
Visitado em 05 ago. 2018.

Por outro lado, do ponto de vista material, os países africanos se espalham numa diversidade de potencialidades que permitiriam completar-se bem em um mercado comum continental. E vários historiadores africanos já apontaram para tal fato na longa duração (Ki-Zerbo, 2006). No entanto, a marcha política nesta direção é árdua e difícil. Desde os anos 1960, com Kwame Nkrumah, líderes pan-africanistas tem advogado, sem grande sucesso, a necessidade do estabelecimento imediato de uma unidade continental. Outra possibilidade para esta unidade continental é o caminho nacional e regional, que gradativamente construiria tal unidade maior. Era a escolha, por exemplo, de Julius Nyerere. A primeira alternativa é ainda contemporânea. E foi uma das razões essenciais para o assassinato do líder líbio Muammar al-Gaddafi, morto com a cobertura da OTAN em 2011 (Prashad, 2012). A segunda parece ser a escolha da maioria dos pan-africanistas hoje. Mas também é de difícil realização. Ela só poderia ocorrer mantendo por muitas décadas um plano ascendente de desenvolvimento nacional, com base em cada economia local e no planejamento sócioeconômico. Verbas imensas ainda devem ser gastas em itens como saúde, saneamento, habitação e educação, praticamente com retornos mínimos no médio prazo. O mesmo pode-se prever para o campo da ciência e tecnologia, em que não há certeza de retorno. Neste contexto, talvez uma priorização das necessidades locais e endógenas pode permitir em 30 ou 40 anos o lançamento da economia continental a uma nova fase.

Seja qual for a escolha, é preciso ter clareza do desafio. As diferenças englobadas nos diversos setores locais da economia do continente se referem hoje a todos os planos: traços técnico-econômicos, produzindo taxas de lucros distintas; locações aplicativas de recursos humanos e de capital; processos de organização e de gestão; normas de acumulação, etc. De modo que a importância constitutiva de cada um desses elementos no processo de reprodução social requer uma relação de parte a parte independente, no contexto da divisão internacional do trabalho. Seria necessário priorizar a elevação doméstica da capacidade de produção e associá-la ao crescimento do comércio exterior, para obter uma melhor integração entre as empresas externas (força dominante) e as empresas de base local (hoje empenhadas na pequena produção mercantil). Poder-se-ia criar um forte escudo infraestrutural de empresas públicas capazes de se tornarem em algumas décadas fatores locais de formação dos preços de produção e de mercado. Assim poder-se-ia, através das economias locais, nacionais, regionais, caminhar para um processo de complementação mercadológica que não seja apenas um recurso dos monopólios internacionais, mas que logre expressar as demandas dos diferentes setores sociais da popula-

ção dos países africanos. Quanto maior o grau de coordenação destas políticas maior será sua capacidade de implementação no curto prazo. A União Africana ainda está longe de ser a instituição forte e soberana que poderia realizar este processo, mas já é um começo.

É evidente que há certas forças externas interessa sempre caracterizar qualquer sistema de orientação e planejamento no Estado e nas coletividades como instrumento autoritário e adverso ao livre mercado. A visão dos adversários formais dos governos africanos considerados autoritários é que só a democracia de tipo ocidental pode permitir o pleno desenvolvimento capitalista daqueles países. Isto é assim colocado porque a democracia representativa do tipo ocidental tem-se tornado hoje cada vez mais uma estrutura formal de dominação, que permite a formação de camarilhas que atuam como testas de ferro de poderes externos, como os monopólios que controlam a energia e a oferta de matérias-primas etc. Não se trata de negar qualquer eventual papel positivo que o sistema de democracia representativa possa conter para o caso dos Estados africanos. Mas seria a nosso ver ingênuo negar que tal sistema se tem prestado em cada local a formar elites associadas com o capital internacional e capacitar tais elites à corrupção e desmoralização dos políticos progressistas. O “bem” não está necessariamente formatado nas democracias representativas, nem o “mal” consiste apenas nos chamados governos autoritários, como pretende o noticiário jornalístico atual, desinformado e enviesado.

Em verdade, quando se trata da África, continente central para a continuidade da espoliação internacional, os desmandos são apresentados como produto das mentes selvagens locais e outras idiosincrasias. Para a grande mídia ocidental (e brasileira, por consequência), qualquer eleição é boa desde que sirva aos interesses europeus ou estadunidenses. Se os representantes locais destes perderem é porque supostamente houve corrupção eleitoral. Por outro lado, quando aparece um golpista africano, ele sempre “age” por conta própria. Se defende os interesses ocidentais é bem visto, ou não é criticado. Logo será visto como “restaurador da democracia”. Se não o faz é um ditador que desrespeita os “direitos humanos”, um autocrata, maníaco etc. Quando há uma certa sintonia entre reivindicações materiais da maioria da população e política do governo vê-se mais um exemplo de “populismo”, ou seja, “falsa democracia”. Em outras palavras, governos que merecem ser alvo de oposições locais que (apoiadas externamente) visam restaurar a “verdadeira democracia”. Esta história não é uma particularidade da política africana. E geralmente os analistas políticos costumam ignorar essas “vicissitudes do dia a dia”, limi-

tando-se a discutir a qualidade dos regimes políticos e/ou econômicos no nível etéreo.

Enquanto isto, as intervenções militares continuam em pleno vapor. Por exemplo, ninguém pode afirmar que a falência do poder público na Somália ou Eritreia (ausência de Estado) não represente a concretização de necessidades geopolíticas de alianças externas bem conhecidas. Em particular, sob tutela da AFRICOM. Ou que o colapso da Líbia, do Mali, do Sudão etc., se dê ou se tenha dado com base apenas em interesses locais. Ou que as guerras civis disfarçadas no Burundi, Uganda, Congo Democrático, etc., não resultam de alimentação externa ambiciosa e desequilibrada.

Neste contexto, a maior parte da África Austral ainda consegue se manter hoje relativamente segura, por conta dos tratados militares assinados pelos países da SADC depois das Duas Guerras “Mundiais” no Congo (1997-98/1999-2003). Mas veja-se o caso de um país como a Nigéria, que apresenta uma democracia representativa com certa estabilidade, recursos naturais e poder nacional próprio, ver-se obrigado a enfrentar as ações de companhias “internacionais” de petróleo, cujo procedimento torna o Boko Haram uma traquinagem de criança... É uma evidente tentativa de impedir o referido país de tornar-se uma potência regional e quiçá mundial.

Além da intervenção direta, seguem também as práticas neocolonialistas insidiosas, sofisticadas, como apossar-se de parte da população local – particularmente jovens e crianças – através de recursos midiáticos e ajuda aos refugiados locais. Na prática, além do clássico veneno ideológico ocidental, tais organizações (igrejas, quadrilhas do narcotráfico, multinacionais etc.) tiram mais da população local do que aquilo que a política correta de certas ONGs para lá levam. Negam as tradições locais, envenenam os espíritos, reforçam o ódio étnico e preparam a guerra civil.

Neste sentido se coloca a importância atual da organização popular de cada país, capazes de criar em cada local mecanismos paralelos de participação das forças majoritárias do povo. Uma forte participação popular pode melhorar inclusive a democracia representativa, como mostra a participação dos jovens e das mulheres na vida política africana atual (Shivji, 2008). Ao lado disso, deve-se reconhecer o direito dos povos africanos a experimentarem outras formas de democracia que decorram de sua própria visão histórica. Trata-se de apoiar as forças do povo e deixar que elas se expressem na criação de novos caminhos para a reconstrução da África. Ou seja, buscar soluções africanas para problemas africanos. Mas vale repetir: aqui nos referimos aos autênticos movimentos populares, e não fantoches de interesses externos que objetivam

apenas dividir e dominar, com base no assalto aos bens públicos e ao ódio étnico e religioso.

Referências

ADEDEJI, A. Estratégias comparadas de descolonização econômica. *In*: Mazrui, A.; Wondji, C. **Á África desde 1935**. Volume 8. Coleção História Geral da África. Brasília: UFSCAR/UNESCO, 2010.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África?** Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MKANDAWIRE, T.; SOLUDO, C. (Eds.). **Our continente, our future: african perspectives on structural adjustment**. Dakar: CODESRIA, 1998.

OWUSU, M. A agropecuaria e o desenvolvimento rural. *In*: Mazrui, A.; Wondji, C. **Á África desde 1935**. Volume 8. Coleção História Geral da África. Brasília: UFSCAR/UNESCO, 2010.

PRASHAD, V. **Arab spring, Lybian winter**. London: AK press, 2012.

SHIVJI, I. *Where is Uhuru?*: reflections on the struggle for democracy. *In*: **Africa. Cape Town**, Dakar, Nairobi, Oxford: Fahamu/Pambazuka, 2008.

SODRÉ, N. W. **A ideologia do colonialismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

YEROS, P.; MOYO, S. (Eds.). Reclaiming the Nation: the return of the national question. *In*: **Africa, Asia and Latin America**. London/New York: Pluto Press, 2012.